

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Decorridos quase quatro anos após a promulgação da Lei n.º 28/2018, de 16 de julho, que repõe a possibilidade de militares e ex-militares requererem a reintegração nas suas funções, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de abril, continuamos a verificar que o processo ainda não se encontra concluído por falta de resposta da Comissão de Apreciação à contestação do seu parecer por parte de alguns interessados que viram o seu requerimento indeferido.

A aprovação da Lei n.º 28/2018 tem como intento permitir corrigir a situação de militares e ex-militares que, decorrente do Decreto-Lei n.º 173/74 de 26 de abril, não beneficiaram da reintegração a que poderiam ter direito, mesmo tendo contribuído para combater o regime fascista que vigorou neste país e com enormes sacrifícios para as suas vidas e famílias.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem conhecimento que alguns requerimentos foram indeferidos pela CA, havendo contestações do Parecer desde abril de 2021 e que até ao dia de hoje ainda não receberam qualquer resposta. Uma situação inexplicável e inaceitável quando, por outro lado, e considera a injustiça e a violência para os interessados de um parecer negativo, agravado ao fim de tanto tempo de espera desde a promulgação da referida lei.

Ora, pese embora a incontestável importância deste diploma na reposição da justiça e dignidade para aqueles que foram penalizados pelo Estado, e tendo em conta que o conjunto de requerimentos apresentados se referem a militares e ex-militares que já estariam nessa condição e no desempenho dessas funções previamente à data de 26 de abril de 1974, ou seja, há mais de 48 anos, julga-se fundamental garantir a celeridade de todos os processos. Isto, no pressuposto para que quem esteja abrangido e possa beneficiar da Lei n.º 28/2018 não passe uma vida inteira numa situação de clara injustiça, mesmo após o quadro jurídico vigente lhes garantir a reposição dos seus direitos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao governo, através do Ministério da Defesa Nacional, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Por que motivos existe uma tão grande morosidade, por parte da Comissão de Apreciação, na resposta à contestação de pareceres negativos a requerimentos apresentados ao abrigo do disposto da Lei n.º 28/2018, que repõe a possibilidade de militares e ex-militares requererem a reintegração nas suas funções, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de abril?
3. Vai o Governo interceder junto da Comissão de Apreciação para acelerar os procedimentos de resposta?
4. Considerando a injustiça de alguns pareceres negativos, por parte da Comissão de Apreciação, que não teve em conta o disposto da lei n.º 28/2018, que repõe a possibilidade de militares e ex-militares requererem a reintegração nas suas funções, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de abril, vai o Governo intervir e de que forma no sentido de corrigir tal injustiça?

Palácio de São Bento, 19 de julho de 2022

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)